

PANORAMA – MARÇO / 2015

O mês de março foi marcado pela intensificação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros negociados no mercado brasileiro.

No centro das atenções, destaque para a tensão nas relações entre o Congresso e o Executivo. O PMDB entrou em rota de colisão com o Planalto, depois que os nomes de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, e Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, figuraram na lista do petrolão elaborada pela Procuradoria Geral da República entre os políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras.

Renan chegou a devolver uma medida provisória ao Planalto e disse que colocaria o veto ao Imposto de Renda em votação, para ser derrubado pelo Legislativo.

Depois, costurou com o Planalto um acordo para manter o veto em troca da edição da medida provisória que concedeu reajuste escalonado para a tabela do imposto.

Desgastado, o Executivo tratou de reforçar a articulação política. A presidente Dilma prometeu convidar membros de sua equipe de outros partidos, como Gilberto Kassab (Cidades), do PSD, Aldo Rebelo (Ciência, Tecnologia e Inovação), do PCdoB, e Eliseu Padilha (Secretaria de Aviação Civil), do PMDB, para as reuniões de coordenação política. Atualmente as reuniões são feitas apenas com ministros petistas.

Ainda assim, a derrota da presidente Dilma Rousseff na votação sobre dívida de estados e municípios, na Câmara dos Deputados, renovou as preocupações com a tensão política entre o PMDB e o Planalto.

Apesar de todas as tensões e dificuldades enfrentadas pelo governo, o rating do Brasil foi mantido em BBB- (com perspectiva estável) pela agência classificadora de riscos internacional Standard & Poor's. Em nota, a agência afirmou que "a manutenção da nota brasileira reflete a expectativa de que o ajuste fiscal em curso terá apoio da presidente Dilma Rousseff e do Congresso Nacional, apesar do cenário político e econômico desafiador".

Por outro lado, a agência de riscos Moody's publicou relatório que deixa a sensação de que o País poderá não escapar de um rebaixamento da sua nota no curto prazo. Segundo a Moody's, a deterioração das condições econômicas e o crescente descontentamento social aumentam a incerteza sobre as perspectivas para o Brasil no curto prazo, "adicionando potencialmente pressão sobre a confiança de empresários e consumidores", os quais já estão em níveis recordes de baixa. Além dos protestos que levaram mais de 1 milhão de brasileiros às ruas no dia 15, a Moody's destacou o resultado das pesquisas que mostram a queda forte da aprovação do governo Dilma Rousseff.

Bolsa

Entre fortes altas e quedas abruptas durante a maior parte do mês, no final o Ibovespa operou perto da estabilidade e fechou março em queda de 0,84%, aos 51.150 pontos, e só não perdeu para o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX), que recuou 1,63% no mês. No ano, o principal benchmark da bolsa brasileira acumulou valorização de 2,29%.

Pode-se dizer que os eventos mais observados e que mais tiveram efeito na Bolsa nestes primeiros três meses do ano foram as reuniões do Fomc (Federal Open Market Committee). Dados acima do esperado no número de empregos dos EUA acabaram causando efeito negativo nos nossos mercados, já que criou a expectativa de que o

aumento do juro norte americano viesse antes do esperado. Passada a última reunião, realizada em março, o comunicado do comitê acabou por retirar a expressão “paciente” ao se referir ao primeiro aperto monetário dos EUA desde 2006. Em tese, a notícia faria as bolsas caírem e o dólar e as Treasuries (juro americano) subirem, já que indicaria uma elevação dos juros mais cedo, retirando o apetite de risco do mercado.

O comitê retirou a palavra e ocorreu justamente o contrário. O motivo é que, além da mudança do comunicado, o comitê ainda mostrou que prevê que os juros subam até o ponto médio de 0,625%, ante expectativa de 1,13%. Para 2016, a mediana das projeções também foi reduzida de 2,38% para 1,88%. Isto indica que os juros serão elevados de maneira mais suave do que antes era previsto.

A mudança animou os investidores que foram às compras. A entrada de recursos estrangeiros na bolsa seguiu forte, com investidores se aproveitando da depreciação cambial recente, que deixou os ativos brasileiros mais atrativos em dólares. E foi exatamente a retomada do fluxo positivo que segurou o mercado de ações no mês.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, mais um mês de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real.

A decisão do Copom em elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano não pesou nos negócios, pois já vinha sendo precificada pelo mercado. Apesar de ter deixado a taxa básica de juros no Brasil no maior patamar desde 2009, não parece ser o fim do ciclo de aperto monetário iniciado em outubro. O comunicado pós reunião mostra que a autoridade monetária segue aberta para novos aumentos na Selic.

A divulgação do IPCA-15 de março, que desacelerou para 1,24% ante 1,33% de fevereiro, trouxe alívio para o mercado de juros nos vértices mais curtos.

Ao término da última sessão regular de março na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,50%, ante 13,03% do fechamento de março. O DI para janeiro de 2017 apontava 13,38, de 12,78% no ajuste de março, e o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,94%, ante 12,23% no fechamento de março.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2015 (Tesouro IPCA + 2025 - NTN-B Principal), que registrou alta de 1,35% no mês. Por outro lado, a NTN-B com vencimento em maio de 2035 (Tesouro IPCA + 2035 - NTN-B Principal) teve o pior desempenho entre os investimentos de renda fixa: registrou queda de 3,10% no período.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo de -0,28%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,03%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, recuou -1,02% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,93%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou perda de -0,56%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,05% no mês.

Câmbio

O dólar registrou a maior rentabilidade do balanço de investimentos de março e superou os demais ativos, ao registrar alta de 11,70%. O único ativo que se aproximou do desempenho do dólar foi o ouro, que registrou alta de 10,79% no mesmo período. A alta conjugada destes ativos retratam a busca de investidores por mais segurança diante das incertezas do cenário econômico global.

Até o início de março, o dólar não tinha superado a barreira dos R\$ 3,00 em 2015, mesmo com praticamente todos os especialistas indicando que a moeda iria acima deste patamar neste ano, provavelmente ainda no primeiro semestre. Após encerrar 2014 a R\$ 2,6587 na venda, a divisa já disparou 20% em três meses, registrando no primeiro trimestre seu melhor desempenho ante o real desde 2011.

A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil.

Além do cenário internacional, a valorização do dólar ante o real também é pressionada pela instabilidade da política brasileira, em meio os protestos contra o governo, que não tem maioria no Congresso Nacional e enfrenta dificuldades para aprovar o ajuste fiscal necessário para melhorar a atividade econômica.

Também fez preço a notícia de que o Bacen decretou o fim da oferta diária de swaps cambiais que está em vigor desde agosto de 2013. Em comunicado, a autoridade monetária aponta que tal decisão leva em consideração que o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. A nota aponta que os contratos que vencem a partir de maio serão renovados integralmente, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado.

Perspectiva

Os mercados devem permanecer sensíveis aos desdobramentos das tensões políticas entre o Congresso e o Governo Central.

No comando da articulação política com o Congresso, o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, encontra resistência dentro do próprio partido para continuar à frente das relações. Ainda que enfraquecido com a presença de outros ministros nas reuniões de coordenação política, seu nome não é bem recebido junto aos partidos da base aliada. A ponto do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ter que se dirigir pessoalmente ao Senado Federal para defender o pacote econômico e negociar uma trégua.

No radar dos investidores, as atenções estarão voltadas para os depoimentos marcados pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Petrobrás. Estão previstos os depoimentos de diversos empresários representantes das empresas denunciadas e envolvidas na operação Lava Jato. Dentre eles, o mais aguardado é o depoimento do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

A inflação segue pressionada. O IPCA de março deve rondar a casa de 1,5%, fazendo com que o índice acumulado no ano chegue próximo a 4,0%. Os reajustes de uma série de preços administrados, como combustível, tarifas de transporte urbano e, principalmente, preços de energia, tem afetado em cheio o grupo “habitação” nos últimos meses. A partir de abril, o impacto tende a se dissipar, mas alguns efeitos secundários devem aparecer em outros preços dentro do grupo. O número de abril deve cair pela metade, mas ainda assim deve ficar acima da média padrão para o quarto mês do ano.

A próxima reunião do Copom, marcada para 28 e 29 de abril, mostrará o posicionamento de seus membros em relação ao ajuste necessário. Hoje, as apostas estão direcionadas para aumento entre 0,25 e 0,50 ponto percentual, o que levaria a taxa Selic para ao menos 13,00% ao ano.

Neste contexto, mantemos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada nos vértices mais longos em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI, IRF-M 1 ou IMA-B 5.

Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.
